



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Departamento Requisitante: Departamento de Engenharia do CREA/SC.

O presente Termo de Referência segue o Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021 - Atualização: NOV/2024, elaborado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União e aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada em obra civil, para execução da execução de reforma para readequação de layout interno nas Câmaras de Agronomia e Engenharia Química e realização de reparos na área externa do prédio anexo à Sede do CREA/SC, localizado na cidade de Florianópolis/SC; com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e acessórios para prestação de serviços; conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nos projetos básico e executivo e demais documentos complementares, partes integrantes deste Termo de Referência.

**1.1.1.** **CATSER:** Grupo 541; Serviço 4545 - Obras Civas de Edificações Residenciais e Comerciais.

**1.1.2.** **VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO:** R\$ 70.271,66 (setenta mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos).

**1.2.** O objeto da licitação tem a natureza de obra comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes.

**1.3.** O fornecedor interessado deverá ofertar proposta para todos os itens desta contratação.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.4.1.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.5.** O prazo máximo de execução dos serviços será de 20 (vinte) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação e objetivos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar anexo ao processo, estando prevista no orçamento anual do CREA/SC na Dotação Orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras e Instalações em andamento.

**2.2.** A reforma do prédio anexo à sede da CREA/SC alinha-se às diretrizes da atual gestão, visando a otimização dos recursos e a melhoria contínua dos serviços prestados. Conforme Estudo Técnico

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC

Preliminar anexo ao processo, a presente contratação não consta do Plano de Contratações Anual e, portanto, com fundamento no item 3 do artigo 4º do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA-SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, esta contratação foi autorizada previamente pela Presidência do CREA/SC.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**3.1.** As adequações do layout interno e correção das infiltrações visam proporcionar um ambiente de trabalho moderno, seguro e confortável para realização das atribuições das câmaras especializadas deste conselho, fomentando a inovação e o desenvolvimento da engenharia e da agronomia em Santa Catarina. A obra e seus detalhes técnicos estão promenorizados nos projetos básico e executivo anexos a este Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

**4.1.** Os requisitos necessários à contratação da obra de reforma do prédio anexo à Sede do CREA/SC, localizado na cidade de Florianópolis/SC, devem permitir a seleção de uma solução com base numa visão integrada e equilibrada de aspectos técnicos, legais, de sustentabilidade e operacionais, que garantam a qualidade e o desempenho do objeto contratado, que responda de maneira eficaz e eficiente ao problema identificado, propiciando benefícios de longo prazo, tanto em termos econômicos, quanto sociais e ambientais, consistente com a política de desenvolvimento nacional sustentável e em conformidade com a Lei 14.133/2021. A identificação de não conformidades ou a necessidade de ajustes implicará em notificação formal à contratada para as devidas correções, sujeitando-a às sanções contratuais em caso de descumprimento.

**4.2.** Os serviços executados deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes, em especial a NBR 9050/2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

### 4.3. Subcontratação

**4.3.1.** Não será permitida a subcontratação dos serviços principais previstos no projeto executivo e memorial descritivo, somente serviços acessórios ou que necessitem de mão de obra e/ou maquinários especializados. Os serviços que podem ser subcontratados são: instalação de rufo metálico e instalação de piso vinílico; sendo as subcontratações sujeitas a aprovação prévia da fiscalização do contrato.

**4.3.2.** Assim, a subcontratação acima permitida representará o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor total estimado do contrato.

**4.3.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**4.3.4.** As subcontratações devem ser previamente autorizadas pela fiscalização do contrato mediante a comprovação de capacidade técnica da subcontratada. Caberá à fiscalização do contrato avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**4.3.5.** A CONTRATADA apresentará ao CREA/SC, toda a documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada bem como a sua habilitação jurídica, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**4.3.6.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREA/SC ou com agente público que desempenhe função na licitação e/ou na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**4.3.7.** Justifica-se frente à observação do mercado que empresas da construção civil subcontratam algumas partes da obra ou reforma que demandam de mão de obra técnica especializada ou maquinários específicos para a execução.

#### **4.4. Garantia**

**4.4.1.** Será exigida da empresa contratada garantia contratual dos serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos a contar do recebimento definitivo pelo CREA/SC, incidente sobre a responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a contratada ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

#### **4.5. Quanto à vistoria do local em que será executada a obra**

**4.5.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços não é obrigatória, porém é recomendada, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h30 às 17h.

**4.5.2.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.5.3.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**4.5.4.** Para os interessados em vistoriar previamente o local da obra: agendar a visita através do(s) telefone(s) (48) 3331.2036, com a Assessora da Presidência, Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Carolina dos Santos Kuhn. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**4.5.5.** As empresas que optarem por não realizar a vistoria se declaram responsáveis pela execução da obra nas condições especificadas e pelo pleno conhecimento das condições de execução do objeto. Assim, caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**4.5.6.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A contratada terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pelo CREA/SC, para executar a obra de reforma para readequação de layout interno e reparos na área externa do prédio anexo à Sede do CREA/SC, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e acessórios para prestação de serviços; conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nos projetos básico e executivo e demais documentos complementares, partes integrantes deste Termo de Referência.

**5.2.** Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rodovia Admar Gonzaga, 2125, Itacorubi - CEP 88034-001, na cidade de Florianópolis/SC.

**5.3.** Todos os serviços contratados deverão ser executados em conformidade com as Normas Regulamentadoras e obedecer as Normas Técnicas da ABNT.

**5.4.** A contratação inclui o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, de acordo com as especificações descritas nos documentos integrantes dos projetos, memórias e demais documentos complementares, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos. A obra deverá ser executada em conformidade com as peças gráficas (plantas), especificações técnicas, memorial descritivo, caderno de encargos, modelos, anexos e demais documentos licitatórios que compõem e estão anexados ao presente Termo de Referência.

**5.5.** Durante a contratação, sendo necessária a realização de serviços não incluídos na planilha contratada, devem ser utilizados os valores de tabelas oficiais, do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, ou de outra tabela oficial já autorizada. Nos casos em que não constarem nas tabelas SINAPI ou em outra tabela oficial já autorizada, materiais ou elementos especificados, deverão ser apresentados, para cada caso, no mínimo, 03 (três) orçamentos colhidos no mercado, com comprovação das fontes. Para todos os casos (tabelas oficiais e/ou orçamentos de mercado), deverá ser aplicado sobre os preços pesquisados o mesmo desconto percentual concedido pela Licitante contratada durante a Licitação, considerando o preço global máximo de referência do CREA/SC e o preço global ofertado pela Licitante contratada durante a Licitação.

**5.6.** Na execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e vigentes nos Sistemas CONFEA/CREA e CAU/BR, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e particulares dos respectivos projetos e outras pertinentes aos serviços ora licitados, bem como as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC

à espécie.

**5.7.** A Contratada será responsável pela gestão e execução dos serviços contratados, gestão dos recursos humanos e físicos necessários à execução do objeto contratual, e fornecimento dos bens/prestação de serviços e materiais solicitados, de acordo com o cronograma de execução previsto neste Termo de Referência e nos projetos básico e executivo e demais documentos complementares.

**5.8.** Contratada deverá disponibilizar o planejamento da execução dos serviços solicitados nos dias e horários definidos pelo CREA/SC, podendo ser realizados fora de horário comercial, incluindo sábados, domingos e feriados, caso o CREA/SC julgue necessário, sem nenhum ônus adicional ao CREA/SC.

**5.9.** Após a execução do objeto contratado será feito o recebimento provisório, e, após vistoria realizada pelo CREA/SC, será realizado o recebimento definitivo.

**5.10.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

**6.1.** A contratada deve disponibilizar pessoal, equipe técnica, equipamentos, EPIs e veículos, de sua propriedade ou locados de terceiros, na quantidade e pelo prazo necessário à perfeita execução dos serviços.

**6.2.** A contratada deve possuir registro no Conselho profissional competente.

**6.3.** Antes da execução da obra, será efetuada vistoria no local da realização dos serviços, pelo CONTRATANTE, juntamente com a CONTRATADA, no sentido de acertar os detalhes da execução.

**6.4.** A guarda de todo material, ferramentas, equipamentos e demais produtos relacionados à obra é de total responsabilidade da contratada, às suas expensas.

**6.5.** Os preços deverão ser propostos considerando-se a execução do objeto licitado em Florianópolis/SC, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com instalações de máquinas, equipamentos próprios e andaimes, como também as despesas de aquisição de ferramentas e materiais, inclusive o seu transporte até o local de execução da obra, seu armazenamento e guarda, todos os equipamentos de segurança individual e coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão de obra necessária a tais atividades, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.

## 7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:

**7.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “VIII”, “IX”, “X”, “XI” e “XII” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.2.4.** Multa:

a) Moratória, para as infrações descritas acima na alínea “VII”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

a.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, além da aplicação da multa compensatória correspondente.

b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC

b.1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “VIII” a “XII” de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “III”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

e) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “II”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

f) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “VII”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

g) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “I”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

**7.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREA/SC (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.5.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CREA/SC ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.7.** Previamente ao encaminhamento da cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA-SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**7.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**7.9.** As partes contratantes devem indicar no instrumento de contrato, assim como as licitantes em sua proposta comercial, os seus e-mails, em que devem receber as comunicações referidas no item 7.8.1, declarando que se obrigam a verificá-los a cada 24 (vinte e quatro) horas e que, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar a outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**7.10.** Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 02 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail referido no caput, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

**7.11.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CREA/SC;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.12.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.13.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica, serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.14.** O CREA/SC deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.15.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** Início da execução do objeto: máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Serviço.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.





## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**8.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA/SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, da Presidência deste Conselho, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, desde que não exista impacto no prazo de vigência do contrato.

**8.4.** As comunicações entre o CREA/SC e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.1.** As partes contratantes devem indicar no instrumento de contrato, assim como as licitantes em sua proposta comercial, os seus e-mails, em que devem receber as comunicações referidas no item 8.4., declarando que se obrigam a verificá-los a cada 24 (vinte e quatro) horas e que, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar a outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**8.4.2.** Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 02 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail referido no caput, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

**8.5.** O CREA/SC poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CREA/SC poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**8.7.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**8.8.** O CREA/SC poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**8.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**8.10.** A fiscalização técnica e administrativa do contrato é atribuída a agente ou a grupo de agentes do CREA/SC, preferencialmente que integram o Departamento de Engenharia do CREA/SC, podendo ser designado pelo gestor do contrato, com a incumbência de prestar todas as informações, orientações e produzir os documentos técnicos demandados pelo gestor do contrato.

**8.11.** A gestão da contratação compete à gerência do Departamento de Engenharia do CREA/SC.

**8.12.** O gestor do contrato deve tomar as providências para a substituição dos agentes de fiscalização

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC

nas suas ausências, afastamentos ou férias, sob pena de assumir a responsabilidade sobre a fiscalização nestes períodos.

**8.13.** A fiscalização técnica e administrativa do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**8.14.** A fiscalização técnica e administrativa do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**8.15.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização técnica e administrativa do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**8.16.** A fiscalização técnica e administrativa do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**8.17.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a fiscalização técnica e administrativa do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**8.18.** A fiscalização técnica e administrativa do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**8.19.** A fiscalização técnica e administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**8.20.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a fiscalização técnica e administrativa do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**8.21.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**8.22.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**8.23.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**8.24.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**8.25.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente e/ou setor com competência para tal, conforme o caso.

**8.26.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**8.27.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**8.28.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**9.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

**9.1.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**9.1.1.1.** Não produzir os resultados acordados;

**9.1.1.2.** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**9.1.1.3.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**9.2.** As medições serão efetuadas ao final de cada mês trabalhado, estando previstas 10 (dez) medições no total.

**9.3.** As medições mensais serão correspondentes ao efetivamente executado no período.

**9.4.** O item “administração local” será medido proporcionalmente à execução da obra, expresso pela fórmula a seguir:  $\% \text{Adm. Local} = \text{Valor da medição do mês} / \text{Valor do contrato}$ .

Onde:

- Valor da medição do mês: valor da medição do período, exceto valores referentes à “administração local”.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC

- Valor do contrato: valor original do contrato, exceto valores referentes à “administração local”.

#### 9.4.1. Análise de acréscimo ou supressão do item “administração local”:

**9.4.1.1.** Em casos de prorrogação de prazo decorrente de aumento de escopo/meta física durante o processo, para formalização do respectivo termo aditivo de valor, será analisado o acréscimo do item “administração local”, caso pleiteado pela Contratada. Para estes casos a incidência de valor proporcional para a administração local, será apenas para os eventuais novos serviços aditados, não incidindo sobre eventuais aumentos nos quantitativos de serviços/materiais já existentes no escopo da contratação.

**9.4.1.2.** Em casos de prorrogação de prazo não decorrentes de aumento de escopo/meta física:

- Caso a prorrogação decorra de culpa da Contratada, esta não fará jus ao acréscimo do item “administração local”, além de estar sujeita às sanções previstas no contrato;
- Caso a prorrogação não decorra de culpa da Contratada, durante o processo para formalização do respectivo termo aditivo de prorrogação do prazo, será analisado o acréscimo do item “administração local”, caso pleiteado pela Contratada.

**9.4.1.3.** Em casos de supressão de escopo, não decorrentes de solicitação do CREA/SC ou por culpa exclusiva da Contratada, a mesma não fará jus ao recebimento do saldo do item “administração local”, além de estar sujeita às sanções previstas em contrato.

**9.4.1.4.** Em casos de supressão de escopo, seja por solicitação do CREA/SC ou por algum tipo de impedimento de execução de parte do objeto (fato de conhecimento superveniente à contratação):

- Se o saldo contratual, com exceção dos itens de administração, for igual ou inferior a 5% do valor inicial do contrato, a Contratada receberá a totalidade do item “administração local” na última medição do contrato, sem a necessidade de celebração de termo aditivo para formalizar a supressão;
- Se o saldo contratual, com exceção dos itens de administração, for superior a 5% do valor inicial do contrato, os fiscais e gestor deste, deverão avaliar o impacto da supressão no prazo previsto no cronograma físico-financeiro proposto pela Contratada.

#### 9.5. Do recebimento

**9.5.1.** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

**9.5.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**9.5.3.** O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**9.5.4.** Os serviços serão recebidos, provisoriamente pelo gestor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação por parte da Contratada direcionada ao agente de fiscalização,

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

conforme artigo 74 do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA/SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, da Presidência deste Conselho.

**9.5.5.** Ao final de cada período/evento de faturamento, o fiscal técnico/administrativo do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**9.5.6.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empegados, cabendo à fiscalização não atestar e não receber os serviços até que sejam sanadas todas as pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**9.5.7.** O tempo para a correção acima referida deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

**9.5.8.** Realizada a correção pelo contratado, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos, conforme dispõe o mesmo item, que podem, no entanto, ser reduzidos pela metade.

**9.5.9.** A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**9.5.10.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**9.5.11.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta, nos projetos básico e executivo e demais documentos complementares, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.5.12.** Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo de 30 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, que ratificará os termos de recebimento provisório e definitivo produzidos pelo(s) agente(s) de fiscalização, obedecendo aos seguintes procedimentos:

**9.5.13.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

**9.5.14.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**9.5.15.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC

base nos relatórios e documentações apresentadas;

**9.5.16.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

**9.5.17.** Enviar a documentação pertinente ao Departamento Financeiro do CREA/SC para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**9.5.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.5.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**9.5.20.** Somente após a emissão do termo de recebimento definitivo/parcial ou definitivo, deve ser autorizada à contratada a emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

**9.5.21.** O recebimento dos serviços, ainda que definitivo, não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 9.6. Liquidação

**9.6.1.** Recebida a Nota Fiscal/Fatura ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**9.6.2.** O processo deve ser encaminhado ao Departamento Financeiro para pagamento dentro do mesmo mês da emissão da Nota Fiscal/Fatura e do recebimento definitivo/parcial ou definitivo para que ocorra a devida retenção de tributos pelo CREA/SC, conforme Instrução Normativa da Receita Federal.

**9.6.3.** Para fins de liquidação, o Departamento de Engenharia e o Departamento Financeiro do CREA/SC devem verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do CREA/SC;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.6.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CREA/SC;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**9.6.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.6.6.** O Departamento de Engenharia do CREA/SC deverá realizar consulta ao SICAF e demais sítios eletrônicos, ou realizar solicitação junto à contratada, para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.6.7.** Constatando-se, junto ao SICAF/documentos, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CREA/SC.

**9.6.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CREA/SC deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.6.9.** Persistindo a irregularidade, o CREA/SC deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**9.6.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF/outros.

## **9.7. Prazo de pagamento**

**9.7.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**9.7.2.** No caso de atraso pelo CREA/SC, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento, até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

## **9.8. Forma de pagamento**

**9.8.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pela Contratada.

**9.8.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**  
para pagamento.

**9.8.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.8.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.8.4.** A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9.9. Reajuste

**9.9.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI agosto/2024 – Não Desonerado.

**9.9.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação dos valores do “Índice Nacional da Construção Civil - INCC”, acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

**9.9.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.9.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**9.9.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.9.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.9.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**9.9.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**10.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo em vista o objeto se tratar de uma obra de construção de edificação.

**10.2. Regime de execução**

**10.2.1.** O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

**10.3. Critérios de aceitabilidade de preços**

**10.3.1.** O critério de aceitabilidade de preços será o valor global máximo estimado para a contratação, bem como o respeito aos preços máximos unitários dos itens que compõe o objeto.

**10.3.2.** O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários dos itens que compõe e formam o preço global, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade e de respeito aos limites máximos fixados (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

**10.3.3.** Cabe desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração, conforme art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente se refere ao critério de aceitabilidade de preços unitário e global.

**10.4. Exigências de Habilitação**

**10.4.1.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**10.5. Habilitação Técnica, Qualificação Técnico-Operacional e Qualificação Técnico-Profissional**

**10.5.1.** Certidão de Registro/Inscrição da empresa Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU de sua jurisdição, dentro de seu prazo de validade.

**10.5.2.** A Licitante registrada no CREA que for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem, se declarada vencedora, deverá obrigatoriamente, como condição para assinatura do contrato, providenciar o seu registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC.

**10.5.3.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**10.5.4.** Certidão(ões) ou Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, regularmente emitido(s) ou registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que demonstre(m) capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mediante a comprovação de já ter a empresa executado, ou estar executando, contratação que tenha como objeto a execução de obra de construção com metragem mínima de 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados).

**10.5.5.** A certidão/atestado de capacidade técnica deverá se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da Licitante especificada no contrato social registrado na junta comercial competente.

**10.5.6.** Será permitido o somatório de atestados para atingimento da metragem mínima exigida, desde que se refiram a serviços prestados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

**10.5.7.** As Licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnica apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços e nota fiscal.

**10.5.8.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**10.5.9.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**10.5.10.** Certidão de Registro/Inscrição do profissional Engenheiro Civil, Engenheiro de Produção Civil ou Arquiteto, que será o responsável técnico da empresa Licitante na execução da obra, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade.

**10.5.11.** Quando da contratação, e como condição para tanto, o profissional indicado pela empresa, se possuir registro no CREA de outro Estado da Federação, deverá providenciar o seu Visto Profissional junto ao CREA/SC.

**10.5.12.** Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT do responsável técnico indicado para a obra, regularmente emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que demonstre(m) capacidade técnica-profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mediante a comprovação de já ter o profissional executado, ou estar executando, contratação que tenha como objeto a execução de obra de construção com metragem mínima de 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados).

**10.5.13.** O(s) profissional(ais) constante(s) da(s) CAT(s) apresentada(s) deverá(ão) ser o(s) mesmo(s) profissional(is) responsável(is) pela Licitante na execução dos serviços ora contratados, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC CREA/SC.

**10.5.14.** No momento da assinatura do contrato, e como condição para tanto, a Licitante deverá comprovar o vínculo e a responsabilidade técnica do(s) profissional(ais) constante(s) da(s) CAT(s) apresentada(s), o(s) qual(is) será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) que supervisionará(ão) os serviços de execução do objeto frente ao Contrato.

**10.5.15.** Caso a certidão/atestado de capacidade técnica ou a Certidão de Acervo Técnico – CAT apresentados não comprovem explicitamente a descrição e/ou o quantitativo mínimo exigidos, a Licitante deverá anexar ao atestado/CAT toda e qualquer documentação possível que, em conjunto com o atestado/CAT, faça a comprovação da descrição e/ou do quantitativo mínimo exigidos.

**10.5.16.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**10.5.17.** A necessidade de apresentação de Certidões/Atestados de Capacidade Técnica e Certidões de Acervo Técnico justifica-se pela premissa de que a empresa e seu responsável técnico tenham qualificação técnica operacional e profissional para a execução dos serviços e com finalidade de minimizar os riscos da contratação, a apresentação destes documentos são para serviços técnicos com parcelas de maior relevância ou valor significativo conforme art. 67, §1º da Lei 14.133/21.

**10.5.18.** Apresentação de declarações abaixo citadas, conforme anexo(s) a ser estabelecidos no Edital:

**10.5.19.** Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que indicará para a obra e utilizará um Engenheiro Civil, Engenheiro de Produção Civil ou um Arquiteto, indicando o nome, a qualificação profissional e o número da inscrição junto ao CREA/CAU, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa aos serviços objeto da presente Licitação. Este profissional deverá ser o mesmo da CAT apresentada para fins de habilitação;

**10.5.20.** Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que, se considerada adjudicatária do objeto da presente Licitação, disporá de pessoal técnico qualificado e em número suficiente para a execução da obra;

**10.5.21.** Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que, se considerada adjudicatária do objeto da presente Licitação, disporá dos equipamentos, instalações e aparelhamento adequados necessários e em número suficiente à execução da obra;

**10.5.22.** Declaração, assinada pelo responsável técnico da Licitante, de que recebeu e tomou conhecimento de todas as informações, em especial acerca dos Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação, considerando as mesmas satisfatórias e corretas para serem executadas dentro do prazo previsto, assumindo integral responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão nas referidas verificações, sendo que não poderá alegar posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da Licitação para solicitar qualquer alteração, em especial do valor, do Contrato que vier a celebrar caso seja declarada vencedora.

## 10.6. Habilitação Jurídica

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

**10.6.1.** Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

**10.6.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.6.1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.6.1.3.** No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.6.1.4.** No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**10.6.1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.6.1.6.** No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**10.6.1.7.** No caso de consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.6.2.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, quando houver.

**10.7. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**10.7.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;

**10.7.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social,

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**

nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**10.7.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.7.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.7.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.7.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.7.7.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**10.7.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.7.9.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**10.7.10.** Desde que admitido legalmente, e para fins de regularidade fiscal, as certidões negativas acima poderão ser substituídas por certidões positivas com efeitos de negativa.

## **10.8. Qualificação Econômico-Financeira**

**10.8.1.** Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da sede ou domicílio da Licitante, emitida em no máximo 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame.

**10.8.2.** No caso de Comarca com mais de um Cartório Distribuidor competente, deverão ser apresentadas as Certidões de cada um dos Distribuidores competentes.

## **10.9. Disposições gerais sobre habilitação**

**10.9.1.** Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**10.9.2.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC**  
embaixadas.

**10.9.3.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.9.4.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.9.5.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 11. DA ESTIMATIVA DE VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1.** Considerando que a presente contratação se dará no regime de empreitada por preço unitário, a divulgação dos valores de referência, baseados em composições próprias elaboradas a partir de itens da tabela SINAPI e cotações de mercado para itens específicos, não necessitam ser sigilosos. Assim, estimulando a competitividade entre os licitantes e, maior transparência ao processo licitatório. A não divulgação desses valores pode gerar dúvidas quanto aos limites para a execução, dificultando a análise das propostas e, conseqüentemente, desmotivando a participação de interessados.

**11.2.** Os valores previstos para a contratação estão descritos na planilha orçamentária anexa ao projeto executivo, sendo o custo estimado total (valor global máximo) de **R\$ 70.271,66 (setenta mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos)**; e foram elaborados com referência na Planilha Sinapi/SC não desonerada de março de 2025 e cotações de mercado.

**11.3.** As despesas decorrentes deste Termo de Referência correrão à conta do Elemento de Despesa Orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.001 - Obras e Instalações em andamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Florianópolis/SC (datado e assinado eletronicamente).

Eng. Civil Valkiria Zucchetto Padilha  
**Gerente do Departamento de Engenharia do CREA/SC**

Eng. Civil Carolina dos Santos Kuhn de Carvalho  
**Assessora da Presidência do Departamento de Engenharia do CREA/SC**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.